



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001690-11.2011.2.00.0000**Requerente:** Antonio Carlos Ribas de Moura Júnior**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

-

VOTO

EMENTA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. JUIZADO ESPECIAL. JUIZ LEIGO. CONCURSO PÚBLICO. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. PROVIMENTO N. 7 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

1. O Provimento nº 07/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça estipulou, no § 2º do seu artigo 7º, um prazo de 3 (três) meses, a partir da publicação do ato, para que os Tribunais realizassem os processos seletivos para recrutamento dos conciliadores e juízes leigos.
2. A remuneração da atividade dos conciliadores e juízes leigos, sem que estes tenham participado de procedimento seletivo público, afronta não apenas o Provimento n. 7 da Corregedoria Nacional de Justiça, mas, também, os Princípios Constitucionais da Impessoalidade e Moralidade.
3. Recurso procedente.

Trata-se de recurso administrativo interposto neste Pedido de Providências por [ANTONIO CARLOS RIBAS DE MOURA JÚNIOR](#) em face da decisão monocrática proferida nos seguintes termos:

Verifico que já houve decisão acerca do pedido formulado pelo requerente, no mesmo Pedido de Providências nº 0007929-65.2010.2.00.000, de relatoria do Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior.

Restou decidido que o prazo para a realização do concurso público previsto no dispositivo em questão aplica-se tão somente aos casos em que haja cargos de juízes leigos criados por lei e a respectiva dotação orçamentária para seu provimento, o que não é o caso do Tribunal requerido. A esse respeito, vale destacar da decisão do E. Conselheiro Walter Nunes o seguinte trecho:

“Quanto ao pedido da imediata realização de concurso, é necessário considerar que, muito embora o Provimento nº 07, de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça estipule, no § 2º do seu artigo 7º, um prazo de 3 (três) meses, a partir da publicação do ato, para que os Tribunais realizassem os processos seletivos para recrutamento dos conciliadores e juízes leigos, o provimento de cargos remunerados traz repercussões orçamentárias relevantes, não sendo possível ao Tribunal de Justiça gaúcho realizar o certame sem a existência legal dos cargos e da respectiva dotação orçamentária, sob pena de responsabilização à luz da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

Assim, impõe-se uma interpretação lógico-sistemática do referido dispositivo de maneira a compreender que o prazo para realização do concurso público nele

previsto aplica-se tão somente aos casos em que haja cargos de juízes leigos criados por lei e a respectiva dotação orçamentária para seu provimento.”

Ora, como bem salientou o Conselheiro Walter Nunes, a decisão deste Conselho possui condições indispensável para sua eficácia: existência de cargos e dotação orçamentária. Enquanto perdurar essa situação fática, a decisão do CNJ não pode ser cumprida pelo Tribunal.

Ante o exposto, determino o arquivamento do feito nos termos do art. 25, X do RICNJ.

O requerente se insurge contra suposta omissão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Assevera que, na sessão do dia 02 março de 2011, o Plenário deste Conselho julgou parcialmente procedente o Pedido de Providências nº 0007929-65.2010.2.00.0000, no qual reconheceu a obrigatoriedade do Tribunal requerido em prover o cargo de juiz leigo dos Juizados Especiais do Rio Grande do Sul, selecionando-os mediante concurso público de provas e títulos entre advogados com, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência profissional, nos termos do § 2º do art. 7º do Provimento nº 7, de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça, desde que exista o cargo e que haja dotação orçamentária para esse fim.

Requer que este Conselho Nacional de Justiça determine ao Tribunal de Justiça requerido que proceda à imediata substituição dos juízes leigos em exercício nos seus Juizados Especiais por advogados com tempo mínimo de exercício profissional de 2 (dois) anos, mediante a instauração de processo público seletivo de provas e títulos, a ser iniciado no prazo de 3 (três) meses e concluído em igual período, em atendimento à determinação do contido no art. 7º, § 2º, do Provimento nº 7 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Instado a manifestar-se, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul informou que não há cargos de juízes leigos naquele Estado, inexistindo, tampouco, previsão orçamentária para a realização de concurso público. Julga, portanto, inviável dar cumprimento ao disposto no art. 7º, §2º, Provimento nº 7 de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Assevera que nos autos do PP nº 0007929-65.2010.2.00.000, já se decidiu sobre a matéria em questão.

Em síntese, é o relatório.

VOTO.

A Lei nº 9.099, de 1995, disciplinou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, trazendo, em seu artigo 7º, a seguinte previsão:

Art. 7º Os conciliadores e *Juízes leigos* são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Os juízes leigos exercem função pública e são equiparados aos auxiliares da Justiça. Nos termos do Provimento nº 07, de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça, o qual define medidas de aprimoramento relacionadas ao Sistema dos Juizados Especiais, os juízes leigos remunerados serão recrutados por meio de processo seletivo público de provas e títulos. Contudo, não obstante o art. 7º^[1] do referido Provimento ter

estabelecido o prazo de 3 (três) meses, a partir da publicação daquele ato da Corregedoria, para que os Tribunais realizassem os processos seletivos para o seu recrutamento, tal prazo só se iniciaria para o Tribunal a partir da efetiva existência de dotação orçamentária específica. Tal ressalva foi objeto de destaque no Pedido de Providências nº 0007929-65.2010.2.00.000, de relatoria do Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior. No julgamento do referido feito, restou decidido que o prazo para a realização do concurso público previsto no dispositivo em questão aplica-se, tão somente, aos casos em que haja dotação orçamentária destacada para a remuneração dos juízes leigos e conciliadores.

Com efeito, o provimento de cargos remunerados implica em despesa pública que só pode ser autorizada mediante a existência de prévia dotação orçamentária. A resposta do Tribunal requerido lança mão de tal argumento para afastar a aplicação do art. 7º, § 2º[2] do Provimento n. 7 da Corregedoria, ou seja, sustenta a impossibilidade de realização de processo seletivo em razão da inexistência de dotação orçamentária correspondente.

Contudo, esse argumento não desincumbe o Tribunal de realizar o processo seletivo, considerando que a Corte tem destinado parte de seu orçamento para o pagamento de honorários aos juízes leigos em atividade naquele Estado há anos, sem que tenham sido selecionados por meio de procedimento público e de amplo acesso. O pareceres elaborados pelos juízes leigos ou conciliadores é remunerado em R\$45,00, e os acordos realizados por eles, quando homologados pelo Juiz de Direito, são remunerados em R\$25,00. Segundo informações da Corregedoria Nacional de Justiça, obtidas no endereço eletrônico <http://www.trt23.gov.br/mostraDaQualidade/Trabalhos-9Mostra/14.pdf>, apenas no 1º JEC/Posto PUC de Porto Alegre, entre junho de 2008 e maio de 2009, foram homologados 947 pareceres e mais 949 acordos. Se os juízes leigos ou conciliadores tiverem sido efetivamente remunerados, somente aquela unidade da Justiça gaúcha teria despendido honorários de R\$ 63.967,00 (sessenta e três mil novecentos e sessenta e sete reais).

Os princípios norteadores fundamentais da Administração Pública[3] repelem vigorosamente qualquer atividade administrativa desacompanhada do correspondente interesse público. No tocante à escolha dos agentes públicos, encontramos a fórmula que segue tal orientação: é preciso escolher objetivamente os melhores, os que melhor desempenharão as funções públicas. A Constituição Federal ordena que a Administração selecione o que é melhor para o interesse público, o que se evidencia nos princípios da igualdade, da moralidade administrativa e da competição. Da conjunção de tais princípios resulta que todos os interessados terão acesso ao processo seletivo isento, republicano e objetivo que escolherá os mais habilitados ao ingresso no serviço público.

A facilitação do acesso à prestação jurisdicional que a Lei 9.099 pretende não se efetiva em desacordo com tais pilares da atuação administrativa. O sistema informal, simples, célere, gratuito que se pretendeu instituir com a criação dos Juizados Especiais não abriu mão dos princípios constitucionais referidos. Isso é o que restou expresso, também, no Provimento n. 7 da Corregedoria Nacional de Justiça.

No caso em análise, verifica-se que a prática do Tribunal destoa das exigências descritas. O Tribunal tem remunerado a atividade dos conciliadores e juízes leigos, sem que estes tenham participado de procedimento seletivo público, o que afronta não apenas o Provimento n. 7 da Corregedoria Nacional de Justiça, mas, também, os Princípios Constitucionais destacados.

Importa salientar que não se está a determinar ao Tribunal a criação de despesa sem receita correspondente, como sugeriu em suas informações. Tanto despesa quanto receita já existem – o Tribunal tem remunerado os conciliadores e juízes leigos. Tampouco se pretende impor ao Tribunal a criação de cargos – o exercício de função pública independe da existência de cargo público. Aliás, é precisamente por não se tratarem de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, que a exigência do processo seletivo se patenteia.

Pelo exposto, conquanto esgotado o prazo de 3 meses originariamente concedido pela Corregedoria Nacional de Justiça para que os Tribunais adequassem suas estruturas à padronização que o Provimento n. 7 propõe, voto pelo provimento do recurso para renovar ao Tribunal requerido o prazo concedido pelo referido ato, no qual deverá concluir a seleção pública de conciliadores e juízes leigos.

CNJ, 22 de setembro de 2011.

[1] Art. 7º Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferencialmente os bacharéis em direito e os últimos, a partir da vigência da Lei n. 12.153f2009, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

(...)

§ 2º Os conciliadores e juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por meio de processo seletivo público de provas e títulos, a ser iniciado no prazo de 03 (três) meses, a partir da publicação deste Provimento, e concluído em igual prazo, observados os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal.

[2] Art. 7º, § 2º. Os conciliadores e juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por meio de processo seletivo público de provas e títulos, a ser iniciado no prazo de 03 (três) meses, a partir da publicação deste Provimento, e concluído em igual prazo, observados os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal.

[3] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA em 10 de Outubro de 2011 às 11:14:57



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1303025**



11101011152300000000001302317